PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2016

(Da Sra. Mariana Carvalho)

Acrescenta artigo à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a utilização de papel reciclado pela administração pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 42-A:

“Art. 42. A Ao menos 50% (cinquenta por cento) do papel adquirido ou utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional da União deverá, obrigatoriamente, ser produzidos mediante reciclagem.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* em caso de indisponibilidade de papel reciclado no mercado ou de não atendimento às especificações técnicas mínimas, ditadas pelo uso a que o mesmo se destina.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, em seu art. 7º, XI, “a”, elenca entre os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos a “*prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis*”. Passados mais de seis anos desde a edição do referido estatuto, a norma legal recém-mencionada afigura-se ineficaz.

De modo a determinar a adoção de uma medida concreta de fomento à reciclagem, propomos o acréscimo, à Política Nacional de Resíduos Sólidos, de dispositivo determinando que pelo menos metade do papel adquirido ou utilizado pelos os órgãos, as autarquias e as fundações públicas seja produzido mediante reciclagem. Acreditamos que tal norma, além de produzir efeitos práticos, servirá também como alerta para a gravidade da crise ambiental e a conseqüente necessidade de reconsideração dos padrões de consumo.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputada MARIANA CARVALHO